

Um projeto socialista de reconstrução nacional: o discurso do presidente Agostinho Neto na proclamação de independência de Angola (11 de novembro de 1975)¹

A socialist project of national reconstruction: the speech of president Agostinho Neto in the proclamation of Angola's independence (november 11, 1975)

Daniel Precioso

Doutor em História

Universidade Estadual de Goiás

daniel.precioso@gmail.com

Recebido em: 10/12/2018

Aprovado em: 07/01/2019

Resumo: O documento comentado consiste no discurso do presidente Agostinho Neto, durante a proclamação de independência e constituição da República Popular de Angola, proferido no dia 11 de novembro de 1975. Além de trazer informações valiosas para os estudos sobre a descolonização no continente africano, o documento transcrito delinea o projeto socialista de reconstrução de Angola.

Palavras-Chave: República Popular de Angola, Presidente Agostinho Neto, discurso de posse.

Abstract: The document transcript consists of President Agostinho Neto's speech during the proclamation of independence and constitution of the Popular Republic of Angola, delivered on November 11, 1975. In addition to providing valuable information for studies on decolonization in Africa, the document transcript outlines the socialist reconstruction project in Angola.

Keywords: Popular Republic of Angola, President Agostinho Neto, inaugural address.

¹ Discurso do Presidente Agostinho Neto na Proclamação da Independência de Angola (11/11/1975). https://www.youtube.com/watch?v=6NAYCTCkfw&list=PLwOLXcpBeb0_uFGLKMXMWTqmbAu469pgl (Acessado em: 26/06/2016).

A independência de Angola, em 1975, marcou o fim de um longo processo de colonização portuguesa na África, iniciado no alvorecer da época moderna. Angola praticamente acompanhou o império português desde a sua constituição até a sua desagregação (MAXWELL, 2006), ocorrida com a Revolução dos Cravos e com as próprias independências das colônias portuguesas na África.² O fim do regime colonialista em Angola foi, contudo, permeado por uma prolongada guerra civil, que permaneceu mesmo após a independência.

Em Angola, ao contrário do que ocorreu nas demais colônias portuguesas na África, surgiram movimentos concorrentes de libertação nacional. A União das Populações Angolanas (UPA), posteriormente, convertida, em 1961, na Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), controlada autocraticamente por Holden Roberto (1923-2007), possuía uma matriz étnica bakongo (habitantes do norte de Angola e Congo),³ proferia um forte discurso anticomunista e recebia a ajuda dos EUA. Já o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), fundado pelos idos de 1960, por nacionalistas angolanos como Agostinho Neto (1922-1979), com a ajuda de Amílcar Cabral (1924-1973), líder do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) era constituído por mulatos intelectuais e possuía orientação marxista-leninista e pan-africanista. Pautava-se, portanto, em uma matriz de classe, e não étnica. Os laços com o Partido Comunista Francês e o apoio da URSS completavam a série de contrastes com os rivais da FNLA. Em 1966, uma dissidência no interior da FNLA deu origem à UNITA (União Nacional pela Independência Total de Angola), que integrava os povos ovibundos, possuía bases rurais – ao contrário, da FNLA e do MPLA – e se aproximou da China Popular. A rivalidade MPLA *versus* FNLA/UNITA deu origem a um quadro distinto das demais colônias portuguesas: além de lutarem contra os colonialistas portugueses, enfrentavam-se entre si (SILVIA, 2007, p. 141-160).

² Uma relação de causa e efeito entre os dois eventos é realizada. Geralmente, a independência das colônias portuguesas é atribuída à Revolução dos Cravos, mas uma historiografia em perspectiva africana (consubstanciada na coleção História Geral da África) tem afirmado justamente o contrário. Ou seja, que a luta pela libertação das colônias portuguesas na África foi responsável pela democratização de Portugal.

³ A etnia não é aqui tratada como um tribalismo que permaneceu vivo mesmo após a colonização e que impede a democracia e a construção de um Estado nacional em África. Jean-Loup Amselle e Elikia M'Bokolo (2017) assinalaram o caráter colonial da noção de “etnia”.

Em 25 de abril de 1974, com a queda do regime salazarista, inicia-se, de fato, o processo de descolonização das regiões ocupadas por Portugal.⁴ Internamente, a aproximação do UNITA com o governo da África do Sul, assim como a intervenção militar da África do Sul em Angola, subsidiada pelo FNLA, acabaram por deslegitimar os movimentos nacionais angolanos rivais do MPLA. Além disso, mobilizando o discurso da classe (que atingia um espectro maior que o de base étnica), o MPLA formou uma base nacional mais representativa entre as camadas urbanas. Em 15 de janeiro de 1975, o Acordo de Alvor foi assinado pelos três movimentos de libertação nacional e pelo governo português, estipulando uma data para a independência. Porém, no mês seguinte (até julho do mesmo ano) se instauraria a chamada Batalha de Luanda, que terminou com a vitória do MPLA, que banuiu os seus rivais da capital. Finalmente, em meio à grande tumulto, a independência foi proclamada na data estipulada (11 de novembro de 1975), ficando constituída a República Popular de Angola. Entretanto, amplas áreas do interior ainda encontravam-se sob o domínio de movimentos rivais (M'BOKOLO, 2010, p. 260-261).

No discurso de posse de Agostinho Neto, primeiro presidente da República Popular de Angola, e líder do MPLA, encontramos as diretrizes para a reconstrução do Estado de Angola. Entre as suas preocupações, encontrava-se a unificação do país, sob a forma de uma democracia popular, a promoção do desenvolvimento econômico e social e a garantia da autonomia da nova república em face das tentativas de neocolonização. A garantia dos direitos das mulheres e dos trabalhadores, a ampliação da base industrial do país e o estabelecimento de escolas e hospitais foram algumas das promessas feitas pelo governo angolano empossado.

Agostinho Neto, mantendo a função de presidente do MPLA, instaurou um regime monopartidário, o que levou os historiadores Joseph Ki-Zerbo, Ali A. Mazrui, Christophe Wondji e A. Boahen a incluírem Angola entre os regimes socialistas – de orientação marxista-leninista – nos quais não vigoravam os valores do pluralismo político. A ideia de unidade do povo, afirmam eles, levou ao unipartidarismo. A associação entre imperialismo e capitalismo teria conduzido as antigas colônias portuguesas de Guiné-Bissau, Angola e Moçambique (além dos

⁴ Comumente, costuma-se dizer que, com a “Revolução dos Cravos”, chegava ao fim o colonialismo português. Contudo, a partir de uma perspectiva africana, é possível afirmar, inversamente, que foram os nacionalistas africanos das colônias portuguesas que contribuíram para o surgimento de uma democracia em Portugal e, por essa via, pela reumanização da cultura política portuguesa (MAZRUI, 2010, p. 29).

Estados-Nação da Etiópia e de Madagascar) à esfera de influência do socialismo, que se afigurava como uma alternativa atraente imediatamente após a independência.⁵

No discurso que proferiu em 11 de novembro de 1975, quando da independência e da proclamação da República, Agostinho Neto atribuiu ao subdesenvolvimento e à dependência as contradições então vividas pela economia angolana. Agostinho Neto observava que, em Angola, havia setores de ponta e polos de desenvolvimentos cercados por regiões sem qualquer infraestrutura. Essas contradições eram por ele atribuídas ao colonialismo, que estruturou apenas os locais de exploração e escoamento de mercadorias. A República Popular pretendia transformar profundamente as bases da economia angolana. A nova política econômica, segundo Agostinho Neto, visava “combater o parasitismo”, acabar com as distorções entre os setores econômicos e as regiões do país e “edificar um estado de justiça social”. A economia deveria, assim, ser “autocentrada”, ou seja, servir aos próprios cidadãos angolanos (e não os interesses imperialistas). Por isso, dizia Neto, era preciso rechaçar veementemente os riscos de um neocolonialismo. Podemos observar que a leitura que o presidente fazia da realidade econômica angolana estava profundamente ancorada na abordagem econômica marxista da época, que se valia da teoria da dependência para explicar o subdesenvolvimento das ex-colônias.

Agostinho Neto, em seu discurso de posse, também prometeu instalar “indústrias pesadas”, a fim de que as matérias-primas de Angola fossem industrializadas no próprio país. A industrialização, por um lado, e o desenvolvimento agrícola, por outro, formariam as bases de uma nova economia orientada para a promoção do progresso nacional. Cooperativas e empresas estatais seriam criadas, visando os interesses dos camponeses. As “atividades privadas” seriam mantidas e encorajadas, desde que fossem “úteis à economia da nação e aos interesses do povo”. O projeto de estatização dos meios de produção, portanto, não era completo, ainda que a

⁵ Porém, os valores socialistas (partido único, coletivismo e unitarismo), que tiveram algum sucesso nos meados da década de 1970 entre os países africanos recém-independentes ou saídos de guerras civis, exauriram-se já na década seguinte. Uma das causas foi a ocidentalização das elites e o comércio com o ocidente capitalista. Segundo Ki-Zerbo, Mazrui, Wondji e Boahen, a emergência nas antigas colônias portuguesas de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique de movimentos que preconizavam o retorno aos valores democráticos liberais (individualismo e pluralismo) se deu em virtude do não cumprimento das promessas feitas pelo MPLA, PAIGC e FRELIMO de construção do Estado e desenvolvimento econômico-social (KI-ZERBO; MAZRUI; WONDJI; BOAHEN, 2010, p. 565-602). Certamente, o peso das estruturas econômicas e sociais herdadas do período colonial, a Guerra Civil Angolana e a derrocada da URSS, assim como as pressões econômicas neocolonialistas, serviram como fortes entraves à consecução das principais metas de governo do MPLA – que, em 1990, abandona a sua orientação marxista-leninista e convoca eleições aos moldes das democracias liberais.

iniciativa privada fosse controlada. O presidente defendeu uma “abertura” das “relações econômica” de Angola, mas as chamadas “ajudas externas” não deveriam impor condições ao país. As relações internacionais deveriam se assentar no princípio de “reciprocidade de vantagens”. Defendia-se, assim, nas palavras do presidente, o “sagrado princípio da independência nacional”. Esse artifício retórico de Agostinho Neto, evidentemente, adquiria grande significação em meio à proclamação da república de um país que lutava para sair do jugo das forças do imperialismo.

A carência de quadros administrativos após a expulsão dos colonialistas também foi abordada por Agostinho Neto: ela seria suprida pela formação de quadros nacionais. As escolas, de todos os níveis, deveriam passar por uma completa remodelação, ao mesmo tempo em que se procuraria a cooperação internacional. Para Agostinho Neto, Angola se encontrava em uma revolução ainda em processo. Nesse sentido, o presidente conclamava as forças populares a travarem uma luta sem tréguas até cessar a “exploração do homem pelo homem”. A independência de Angola não era, para ele, apenas uma emancipação política, mas uma completa revolução. A econômica e a estrutura de classes deveriam ser radicalmente alteradas. O sistema produtivo deveria estar a serviço do povo angolano. A função do Estado seria a promoção de um bem-estar social, erradicando o analfabetismo, promovendo a justiça por meio da inclusão social. Garantir assistência médica e saneamento básico aos camponeses também eram prioridades da nova república.

O projeto do MPLA para a reconstrução de Angola era o de uma “Democracia Popular”. Essa orientação estava impressa no próprio nome da nova república, dita “popular”. A mesma estrutura unipartidária e unicameral de Guiné-Bissau e Cabo Verde do PAIGC foi assumida na Angola do MPLA. Esse modelo de “democracia pura” se definia como o governo do povo, assumindo uma forma estatizante. Angola tinha um só povo, cujo poder político era representado pelo partido único: o MPLA. Agostinho Neto prometeu suprimir todas as discriminações (sexo, idade, origem étnica ou racial e religiosa) e garantir a mesma remuneração salarial para diferentes tipos de trabalho. O novo regime se intitulava “laico” e defendia a liberdade de culto para todas as confissões religiosas. Para além do viés marxista, o tom pan-africanista do discurso de Agostinho Neto é bem pronunciado quando ele se refere aos povos de Zimbábue, Namíbia e

África do Sul, ainda em luta contra a opressão de “regimes racistas”. A segregação imposta pelos colonialistas e pelo regime de *apartheid* da África do Sul recebeu a alcunha de “fascista”.

De todo o exposto, constatamos que o discurso de Agostinho Neto, transcrito a seguir, permite leituras em diferentes domínios historiográficos – como, por exemplo, a História das Ideias Políticas e a História Econômica. É possível analisar a “linhagem de pensamento” do primeiro presidente de Angola, por exemplo, por meio do método contextualista de Quentin Skinner. Ancorado na tradição marxista-leninista, Agostinho Neto e o MPLA estavam embebidos pelas teorias econômicas marxistas da época, nomeadamente a teoria da dependência. Na linha do pan-africanismo de Kwame Appiah, o MPLA defendia a “unidade africana”. O discurso de Agostinho Neto permite também uma análise das heranças coloniais, ou seja, do “passado ainda presente” nas ex-colônias através do neocolonialismo. Se incluído em um *corpus* documental mais amplo (que abranja dados sobre as políticas implementadas pelo governo angolano nos dez anos seguintes à independência do país), o discurso transcrito permite um ponto de partida para o historiador, na medida em que delinea o projeto de reconstrução nacional de Angola defendido pelo MPLA no momento da independência do país.

Por último, o discurso transcrito – em consonância com a lei 10.639/03 – pode ser utilizado como recurso pedagógico em aulas de história da África, tanto no ensino superior quanto no ensino médio e nas séries finais do ensino fundamental. Cada vez mais, os professores de história têm se valido de documentos históricos (em lugar de manuais didáticos) para concretizar uma aprendizagem significativa. Transformar a sala de aula em laboratório de pesquisa histórica, tendo em seu centro as fontes documentais (escritas, imagéticas, sonoras, fílmicas, etc.), permite a superação do modelo educacional positivista e da chamada “educação bancária”. Ao “desconstruir” documentos como o transcrito a seguir, os alunos se conscientizam do caráter referenciado dos enunciados históricos, superando a concepção equivocada da “verdade histórica”.

Transcrição

Em nome do povo angolano, o comitê central do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) proclama, solenemente, perante a África e o mundo, a independência de Angola. Correspondendo aos anseios mais sensíveis do povo, o MPLA declara o nosso país constituído em República Popular de Angola.

Durante o período compreendido entre o Acordo da Alvor e esta proclamação, só o MPLA não violou os acordos assinados. A luta que ainda travamos contra os lacaios do imperialismo – que, nesta ocasião, não nomeio para não denegrir este momento singular da nossa história – integra no objetivo de expulsar os invasores estrangeiros, os mesmos que pretendem a neocolonização da nossa terra. Constitui, deste modo, preocupação fundamental do novo Estado, libertar totalmente o nosso país e todo o nosso povo da opressão estrangeira.

Realizando concretamente as aspirações das largas massas populares, a República Popular da Angola, sob a orientação do MPLA caminhará progressivamente para um Estado de Democracia Popular. Tendo por núcleo a aliança dos operários e camponeses, todas as camadas patrióticas serão unidas, contra o imperialismo e os seus agentes, na luta pela edificação de uma sociedade sem exploradores nem explorados. O nosso movimento enfrenta no terreno várias forças reacionárias que integram uma espécie de brigada internacional fascista contra o povo angolano.

Mais uma vez, deixamos aqui expresso que a nossa luta não foi nem nunca será contra o povo português. Pelo contrário, a partir de agora poderemos cimentar ligações fraternas entre dois povos que têm em comuns laços históricos, linguísticos e o mesmo objetivo, a liberdade. Em dezembro de 1956, no manifesto de sua fundação, o MPLA fincava já a sua determinação inquebrantável, lutar por todos os meios para a independência completa de Angola, afirmando: “O colonialismo não cairá sem luta. É por isso que o povo angolano só poderá se libertar pela guerra revolucionária, e esta apenas será vitoriosa com a realização de uma frente de unidade de todas as forças antiimperialistas de Angola, que não seja ligada à cor, à situação social, aos credos religiosos e tendências individuais. Será vitoriosa graças à formação de um vasto movimento popular de libertação de Angola”.

Força galvanizadora e de vanguarda do nosso povo, o MPLA inicia heroicamente na madrugada de 4 de fevereiro de 1961 a insurreição geral, armada, do povo angolano contra a dominação colonial portuguesa. O longo caminho percorrido representa a história heróica de um povo, que sob orientação unitária e correta da sua vanguarda, contando unicamente com as próprias forças, decidiu combater pelo direito de ser livre e independente. Apesar da brutalidade, da opressão e do terror imposto pelo colonialismo para cercear a nossa luta, o povo angolano, guiado pela sua vanguarda revolucionária, afirmou de uma maneira irrefutável a sua personalidade

africana e revolucionária, tendo como princípios a unidade de todas as camadas sociais angolanas em torno da linha política e da formulação clara dos seus objetivos. Diferindo corretamente os aliados, amigos e inimigos, o povo angolano, sob a direção do MPLA, venceu finalmente o regime colonial português. Derrotado o colonialismo, reconhecido o nosso direito à independência, que se materializa nesse momento histórico, está realizado o programa mínimo do MPLA e, assim, nasce a jovem República Popular de Angola por ação da vontade popular e fruto do sacrifício grandioso dos combatentes da libertação nacional.

Porém, a nossa luta não termina aqui. O objetivo é a independência completa do nosso país, a construção de uma sociedade justa e de um homem novo. A força da vontade popular, a longa luta armada e a defesa intransigente dos interesses das camadas mais exploradas consagraram o MPLA como o único representante do povo angolano e força dirigente da República Popular de Angola. Os órgãos do Estado na República Popular de Angola guiar-se-ão pelas diretrizes superiores do MPLA, mantendo asseguradas as primazias das estruturas do Movimento sobre as do Estado. E o próprio Movimento não poderá ser nunca um organismo petrificado. Dotado de grande vitalidade e profundamente ligado à dinâmica da revolução, ter-se-á modificando quantitativamente e qualitativamente até o grande salto que o transformará em partido no seio de uma larga frente revolucionária.

As Forças Armadas Popular de Libertação de Angola (FAPLA) estão institucionalizadas em Exército Nacional. As FAPLA, braço armado do povo, sob a firme direção do MPLA, constituem um exército popular, que tem por objetivo os interesses das camadas mais exploradas do nosso povo. Preparadas na dura luta de libertação nacional contra o colonialismo português e armadas da teoria revolucionária continuam a ser um instrumento fundamental da luta antiimperialista. Às FAPLA, como força libertadora da República Popular de Angola, caberá defender a integridade territorial do país e, na qualidade de exército popular, participar, ao lado do povo, na produção para a grandiosa tarefa da reconstrução nacional.

Angola é um país subdesenvolvido. Devemos ter uma profunda consciência do significado e consequências desse fato. Os índices tradicionalmente usados para definir o subdesenvolvimento são plenamente confirmados em Angola e nos dão a imagem da profunda miséria do povo angolano. Mas dizer que o nosso país é subdesenvolvido não basta. É necessário acrescentar, imediatamente, que Angola é um país explorado pelo imperialismo, que gravita na

órbita do imperialismo. Estas duas componentes, conjugadas, o subdesenvolvimento e a dependência, explicam por que razão a economia de Angola é tão profundamente distorcida, com um setor dito tradicional ao lado dos setores de ponta e regiões retardatárias cercando os chamados pólos de desenvolvimento. Mas elas explicam também toda a crueza da injustiça das relações sociais. Pondo um ponto final ao colonialismo e barrando decididamente o caminho ao neocolonialismo, o MPLA afirma, neste momento solene, o seu propósito firme de mudar radicalmente as atuais estruturas, definindo já que o objetivo da reconstrução econômica será a satisfação das necessidades do povo. Queremos pôr a funcionar em pleno a máquina econômica e administrativa, combater o parasitismo de todo o tipo, acabar progressivamente com as distorções entre os setores da economia, entre as regiões do país, edificar um estado de justiça social. A economia será planificada para servir o homem angolano, e nunca o imperialismo devorador. Ela será permanentemente orientada para uma economia autocentrada, isto é, realmente angolana. A luta pela independência econômica será constantemente uma constante na nossa estratégia.

Assim, coerente com as linhas traçadas, a República Popular de Angola lançar-se-á cada vez mais em projetos de industrialização de nossas próprias matérias-primas e, mesmo, em projetos da indústria pesada. No entanto, tendo em conta o fato de Angola ser um país em que a maioria da população é camponesa, o MPLA decide considerar a agricultura como a base, e a indústria como fator decisivo no nosso progresso. O Estado angolano terá, assim, a capacidade de resolver com justiça o grave problema das terras, e promoverá a criação de cooperativas e de empresas estatais no interesse das massas camponesas. As atividades privadas, mesmo as estrangeiras, desde que úteis à economia da nação e aos interesses do povo, serão em seu nome protegidas e encorajadas, tal como estabelece o programa maior do nosso Movimento.

A República Popular de Angola será aberta a todo o mundo para as suas relações econômicas. Aceitará a cooperação internacional com o pressuposto indiscutível de que a chamada ajuda externa não deve ser condicionada ou condicionante. A longa história do MPLA demonstra a evidência que, como força dirigente da República Popular de Angola, jamais trairá o sagrado princípio da independência nacional. As nossas relações internacionais serão sempre definidas no princípio da reciprocidade de vantagens. A República Popular de Angola tratará com especial atenção as relações com Portugal. E por que desejam que elas sejam duradouras,

estabelecê-las-á em bases novas, despida de qualquer vestígio colonial. O atual contencioso com Portugal será tratado com serenidade para que não se envenenem as nossas relações futuras. É evidente que, numa primeira fase, a nossa economia se ressentirá com a falta de quadros. Para responder a essa carência, será elaborado um plano expedito de formação de quadros nacionais. Ao mesmo tempo, se apelará para a cooperação internacional nesse domínio. As nossas escolas, a todos os níveis, devem sofrer uma remodelação radical, para que possam, de fato, servir ao povo e à reconstrução econômica.

A determinação revolucionária do nosso povo de combater a exploração do homem pelo homem, a contradição antagônica que nos separa dos inimigos, impõe-nos uma nova guerra libertadora, que assume a forma de resistência popular generalizada e que será prosseguida até a vitória final. Neste contexto, reveste de preponderante importância a revolução como frente do combate e condição basilar e vital para o avanço de nossa resistência. E para dar unidade à ação a todo esforço, o motivo do nosso povo, para tirar o máximo de rendimento do trabalho das massas, para que seja incessantemente garantido o apoio às gloriosas FAPLA, a República Popular de Angola tomará todas as medidas necessárias para enfrentar a situação decorrente da invasão do nosso país.

A República Popular de Angola reitera solenemente a decisão de lutar pela integridade territorial de Angola, opondo a toda e qualquer tentativa de desmembramento do país considera como um dever patriótico, inalienável e de honra à assistência privilegiada e a proteção social aos órfãos de guerra, aos diminuídos e mutilados de guerra, pelos sacrifícios consentidos na luta de libertação nacional. E envidará, assim, todos os esforços no sentido da reintegração completa na sociedade de todas as vítimas da guerra de libertação nacional. Reafirmará o propósito inabalável de conduzir o combate vigoroso contra o analfabetismo em todo o país, promover e difundir uma educação livre, enraizada na cultura do povo angolano. O Estado realizará todos os esforços para instituir, a escala nacional, uma assistência médica e sanitária eficiente, dirigida fundamentalmente às massas camponesas, até agora privadas desse direito no colonialismo. Preocupação dominante do novo Estado será também a abolição de todas as discriminações de sexo, idade, origem étnica ou racial e religiosa, e a instituição rigorosa do justo princípio “a trabalho igual, salário igual”. Estimulará o processo da emancipação da mulher angolana, direito conquistado através da sua participação na luta de participação e na produção para a resistência

generalizada do nosso povo. Firma um Estado laico, com separação da Igreja do Estado, respeitando todas as religiões e protegendo as igrejas, local de objetos do culto e instituições legalmente reconhecidas. Reitera a sua solidariedade com todos os povos oprimidos do mundo, em especial, com os povos de Zimbábue e da Namíbia, contra a dominação racista. Exprime a sua solidariedade militante para com o povo da África do Sul na sua luta contra o regime racista que o oprime.

A política externa da República Popular de Angola, baseada nos princípios de total independência seguidos desde sempre pelo MPLA, será de não alinhamento. Unidos de Cabinda ao Cunene, conseguiremos com vigor a resistência popular generalizada, e o construiremos o nosso Estado democrático e popular.

Honra ao povo angolano! Glória eterna aos nossos heróis! A luta continua! A vitória é certa! A vitória é certa!

Referências Bibliográficas

- AMSELLE, Jean-Loup, M'BOKOLO, Elikia (orgs.). **No centro da etnia: etnias, tribalismo e Estado na África**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- DAVIDSON, A. Basil ; ISAACMAN, Allen F. ; PÉLISSIER, René. *Política e nacionalismo nas Áfricas central e meridional, 1919-1935*. In: BOAHEN, Albert Adu (ed.). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 787-832.
- HARDY, George. **Vue générale de l'histoire d'Afrique**. Paris: A. Colin, 1930.
- KAKÉ, I.B. ; M'BOKOLO, E. **Résistance et messianismes: l'Afrique centrale au XIXème et au Xxème siècle**. Paris: Afrique Biblio Club, 1979.
- KI-ZERBO, Joseph; MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe; BOAHEN, A. *Construção da nação e evolução dos valores políticos*. In: **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 565-602.
- MAXWELL, Kenneth. **O império derrotado: revolução e democracia em Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MAZRUI, Ali A. *Introdução*. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (eds.). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 1-30.
- M'BOKOLO, Elikia. *A África Equatorial do oeste*. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (eds.). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 229-260.

RODNEY, Walter. *A economia colonial*. In: BOAHEN, Albert Adu (ed.). **História Geral da África, VII**: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010, p. 377-400.

SILVIA, Márcia Maro da. **A independência de Angola**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

UZOIGWE, Godfrey N. *Partilha europeia e conquista da África*: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu (ed.). **História Geral da África, VII**: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010, p. 21-50.